

“

Vulnerabilidade social, fome e pobreza nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil

▮ Michele Lins Aracaty **Silva**
UNISC

▮ Taisa Morais **Rolim**
UFAM

▮ Inaiah Ordones **Raposo**
UFAM

▮ Ana Beatriz Martins de **Souza**
UFAM

▮ Laiza Eduarda Santos Carvalho da **Silva**
UFAM

▮ Francilene da Silva **Franco**
UFAM

▮ Jackelyne Evellyn de Sales **Assunção**
UFAM

RESUMO

Tratar de vulnerabilidade é analisar a fome, a pobreza e a extrema pobreza que acomete parte significativa da população brasileira em especial das regiões mais vulneráveis tais como as Regiões Norte e Nordeste do país, nosso objeto de estudo. Este trabalho foi motivado após a leitura do livro Geografia da Fome, de Josué de Castro, e apresenta como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a fome e a pobreza da população residente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil com base nos indicadores do IVS, IDHM, Renda Mensal Domiciliar Per Capita, Índice de Gini, Taxa de Desocupação bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social Regional. Para tanto, está baseado em pesquisa bibliográfica e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU (Mapa da Fome), e IPEA, além de livros e artigos relevantes para a construção da base teórica. Os resultados evidenciam avanços em relação aos indicadores do IVS e IDHM regionais, mas ainda temos nestas regiões os maiores percentuais de Pobreza, Pobreza Extrema, elevados indicadores de Desigualdade, os mais baixos Rendimentos Médios Per Capita, as maiores Taxas de Desocupação, elevados indicadores de Risco Alimentar e as menores Taxas de Prosperidade Social Regional do país, o que sinaliza para a necessidade urgente de políticas públicas de caráter regional sustentáveis.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Socioeconômica, Pobreza, Norte e Nordeste.

INTRODUÇÃO

O termo vulnerabilidade tem sido utilizado com mais frequência após o agravamento da crise econômica brasileira, mas a vulnerabilidade nunca deixou de ser uma realidade para uma parte significativa da população brasileira que necessita de alimento, moradia, saneamento básico, água tratada, coleta de lixo, saúde, emprego, educação dentre outras necessidades indispensáveis à dignidade humana e à subsistência.

Tratar de vulnerabilidade é analisar a Fome, a Pobreza e a Pobreza Extrema que acomete parte significativa da população brasileira em especial das regiões mais vulneráveis como as Regiões Norte e Nordeste do Brasil, e abrir os olhos para uma parte significativa da população brasileira.

Há 74 anos, Josué de Castro lançava a sua obra mais importante, “A Geografia da Fome” (1946), na qual fazia uma análise do problema da fome no país e sua relação com fatores socioeconômicos. Conseguiu contextualizar o drama da fome perpassando desde a colonização até a sua época e ainda assim torná-lo um debate atual. Agregou diversas áreas do conhecimento para explicar um fenômeno que não se resume em problemas agrários, mas sim sociais, políticos e econômicos. Hoje, anos após a sua morte, a fome volta a ser objeto de amplo debate e precisa urgentemente entrar na pauta de políticas públicas prioritárias.

Ressaltamos que a leitura do livro, “Geografia da Fome” foi o motivador para o início deste trabalho de pesquisa e norteou a construção deste trabalho que analisa das Regiões Norte e Nordeste e de um segundo que analisa das Regiões, Sul, Sudeste e Centro Oeste do país.

Assim, a discussão realizada nos dois trabalhos, Vulnerabilidade Social, Fome e Pobreza nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil e Pobreza do Brasil: A Situação da Pobreza e Desigualdade nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil contempla a análise de todas as regiões geoeconômicas do Brasil.

Combinada ao fator crise econômica, temos o alerta da ONU de que o Brasil após sair do mapa da fome em 2014, corre o risco de voltar a fazer parte deste, uma vez que houve um aumento de 52% do quantitativo de pessoas que encontram-se em situação de pobreza ou pobreza extrema, são aproximadamente 11,8 milhões de brasileiros, dados de 2017.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as Regiões Norte e Nordeste são reais concentradoras de um percentual expressivo da população que não se alimenta direito e até passa fome (dados do Suplemento Segurança Alimentar), elaborado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, em alguns estados destas regiões o percentual de população em condição de vulnerabilidade social chega a quase 50% e são dependentes de Programas de Transferência de Renda, em especial do Programa Bolsa Família – PBF, que constitui por vezes a sua única fonte de renda da família.

De acordo com o IBGE (2019), a fome é uma realidade para cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil. Além disso, existem, ainda, mais de 40 milhões de pessoas que não comem a quantidade mínima necessária para uma alimentação adequada, apresentando, por isso, problemas de nutrição, desempenho escolar, faltas constantes ao trabalho e necessidade de acompanhamento médico.

Ainda para o Instituto (2019), em todos os estados do Norte e do Nordeste, os domicílios estavam abaixo da média nacional de 69,8% em relação à alimentação adequada. No Norte, o percentual registrado foi de 40,3% e no Nordeste, de 46,1% dos domicílios. No Sul e no Sudeste, os percentuais foram de 18% e 23,3%.

No Norte e no Nordeste, a fome foi constatada em 9,2% e em 9,3% das residências, respectivamente, sendo que, no Maranhão e no Piauí, nem metade dos domicílios estava dentro dos parâmetros de segurança alimentar. No Sul, no Sudeste e Centro-Oeste, o percentual registrado foi inferior a 3%.

Essa população que enfrenta cotidianamente a fome e que se encontra em condição de Pobreza ou Pobreza Extrema concentra-se em territórios de alta vulnerabilidade social os quais apresentam menor cobertura de abastecimento de água potável, insuficiente ou inexistente sistema de esgotamento sanitário, ausência de coleta de lixo, população com renda per capita inferior a meio salário mínimo, elevado índice de mortalidade infantil, número expressivo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola, elevado número de mulheres jovens com filhos, elevado percentual de mulheres responsáveis pela renda familiar e chefes de família, elevada taxa de analfabetismo e um número significativo de adultos que não trabalham e nem estudam.

Trata-se, infelizmente, de um cenário muito comum para estas regiões aqui analisadas e que juntas apresentam os mais elevados indicadores de vulnerabilidade do país de acordo com dados dos relatórios do Atlas da Vulnerabilidade Social disponibilizado pelo IPEA para os anos de 2000 a 2017.

Ainda para o Instituto (2019), a população em situação de Pobreza Extrema aumentou em 13%, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha de pobreza extrema em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, esse percentual era de 6,6%. À nível regional, as Regiões Norte e Nordeste, aparecem com os mais elevados indicadores, com 11,8% e 14,7%, respectivamente de sua população em situação de pobreza extrema.

Em relação à Pobreza, os percentuais variam por estado, sendo os mais elevados os dos Estados do Amazonas e Acre (47,8%), da Região Norte, e da Região Nordeste, o do Estado do Maranhão (54,1%).

Em se tratando do Rendimento Médio Mensal Per Capita, as duas regiões apresentam os menores rendimentos do país e uma elevada concentração de renda que é mensurada pelo Índice de Gini. Além disso, a renda dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos apresentam valores inferiores à média nacional.

Com relação à Taxa de Desocupação, de acordo com dados referentes ao ano de 2019 disponibilizados no ano de 2020, as Regiões Norte e Nordeste do país apresentam os maiores percentuais de desocupação, 11,9% e 15,6%, respectivamente.

Por fim, a análise do Risco Alimentar evidenciou a preocupação de Josué de Castro, onde alertava para a necessidade de políticas de combate à fome e a má alimentação, que fazem parte do cotidiano da população destas regiões do país. Tal situação preocupa ainda mais se analisarmos a Taxa de Prosperidade Social Regional que estabelece que as regiões analisadas neste trabalho são as que apresentam as mais baixas taxas de prosperidade social do país, lembrando que este indicador leva em consideração o IVS e o IDHM.

Para tanto, esta pesquisa está baseada em material de cunho bibliográfico e documental com o uso de dados secundários, especificamente informações disponíveis pelo IBGE, ONU (Mapa da Fome) e IPEA em relação aos indicadores das regiões Norte e Nordeste do país, além de livros e artigos considerados relevantes para o embasamento teórico da pesquisa.

Para efeito didático, este artigo encontra-se dividido em: Introdução, Revisão de Literatura, Aspectos Metodológicos, Análise de Dados e Resultados, Conclusões e Recomendações e foi fim, as Referências utilizadas ao longo do texto.

REVISÃO DE LITERATURA

Josué de Castro e a Geografia da Fome

De acordo com Vasconcelos (2008), Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife - PE. Filho de um agricultor do Sertão Nordestino que em 1877, em função da seca, migrou para a capital, viveu sua infância e adolescência em um bairro pobre, às margens do rio Capibaribe. Em 1929, após concluir o Curso de Medicina da Universidade do Brasil, retornou ao Recife para dar início a uma consagrada trajetória político-intelectual, dedicada, particularmente, à complexa e paradoxal problemática da fome e suas formas de enfrentamento.

Ainda para o autor (2008), como médico, professor e sociólogo brasileiro e partindo de sua experiência pessoal (oriundo do nordeste brasileiro), publicou uma extensa obra composta por mais de 200 títulos, que discute distintas investigações, com destaque para: Geografia da fome (1946), Geopolítica da Fome, Sete Palmos de Terra e Um Caixão e Homens e Caranguejos. A trajetória intelectual de Josué de Castro se confunde com a

agenda política do Brasil, por fundamentarem discussões que se fundem com os marcos da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

Para Vasconcelos (2008, p.1), o brasileiro Josué de Castro se destacou no cenário internacional, exerceu a Presidência do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), foi também Embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi indicado ao Nobel da Paz nos anos de 1953, 1963, 1964 e 1965.

Vulnerabilidade Social: Definição

Para Monteiro (2011), o tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo de anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

A emergência da temática da vulnerabilidade social se dá nos anos 90, a partir do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que se reduzia às questões econômicas. Essa tendência vem sendo difundida, sobretudo por organismos internacionais, entre estes destacam-se Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e CEPAL, para a consolidação de políticas sociais, afirma Monteiro (2011).

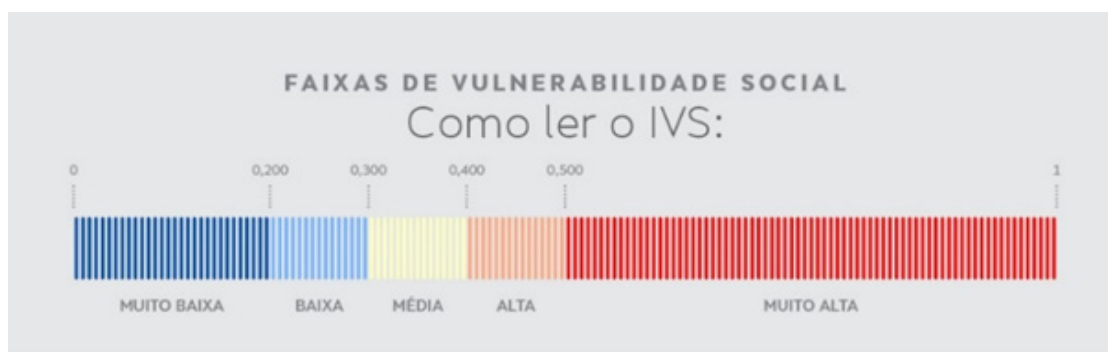
Ainda segundo o autor (2011), os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagens sociais. Assim, essa categoria de vulnerabilidade diz respeito à própria estrutura da sociedade, de direitos e acessos desiguais.

Para Chambers (1989) apud Recio (2010), os principais elementos caracterizadores da vulnerabilidade social são: a exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, a capacidade desse em enfrentá-los, assim como a potencialidade desses riscos em trazer sérias consequências aos afetados.

Índice de Vulnerabilidade Social - IVS

Segundo o IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS foi construído com base em indicadores que revelam fragilidades sociais a partir de fatores como contextos de trabalho e renda, educação e saúde, condições de transporte, habitação e saneamento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras entre os anos de 2000 e 2017.

Figura 1. Faixas do IVS



Fonte: AVS, IPEA (2019)

A Figura 1 ilustra a forma correta para se fazer a leitura do IVS. Percebe-se que quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade e quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade. Entretanto, a partir de 0.5 já é muito alta, ou seja, já pode ser considerada uma extrema vulnerabilidade.

No Quadro 1, podemos observar o Índice de Vulnerabilidade Social das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, objeto deste estudo.

Quadro 1. Índice de Vulnerabilidade Social das Regiões Norte e Nordeste do Brasil (2000 a 2017)

Período	Região Norte		Região Nordeste	
	IVS	Classificação	IVS	Classificação
2000	0.570	MUITO ALTA	0.518	MUITO ALTA
2010	0.438	ALTA	0.408	ALTA
2011	0.346	MÉDIA	0.338	MÉDIA
2012	0.317	MÉDIA	0.315	MÉDIA
2013	0.325	MÉDIA	0.309	MÉDIA
2014	0.296	BAIXA	0.307	MÉDIA
2015	0.298	BAIXA	0.311	MÉDIA
2016	0.284	BAIXA	0.299	BAIXA
2017	0.283	BAIXA	0.306	MÉDIA

Fonte: IPEA (2019)

Levando-se em consideração a apresentação da escala de vulnerabilidade apresentada na Figura 1, e observando os dados apresentados no Quadro 1, temos que: entre os anos de 2000 até 2013 as duas regiões objeto deste estudo apresentaram a mesma classificação em relação ao IVS, MUITO ALTA para o ano 2000 evoluindo para MÉDIA vulnerabilidade no ano de 2013. Nos anos seguintes, observamos uma melhora na classificação da Região Norte (BAIXA) e uma permanência na classificação de MÉDIA para a Região Nordeste (entre os anos de 2014 a 2015). No ano de 2016, ambas as regiões classificavam-se em BAIXA vulnerabilidade e em 2017, último ano da série, observamos que a Região Norte

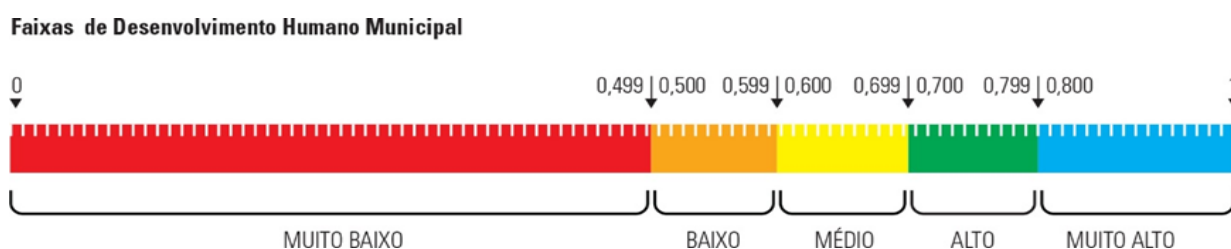
permanece na classificação BAIXA, mas a Região Nordeste passa para a classificação de MÉDIA vulnerabilidade social.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas - ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda: Renda Nacional Bruta - RNB per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de Saúde: Baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1, assim como ilustra a Figura 2. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH.

Figura 2. Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

No Quadro 2, podemos observar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, objeto deste estudo.

Quadro 2. IDHM das Regiões Norte e Nordeste do Brasil (2000 a 2017)

Período	Região Norte		Região Nordeste	
	IDHM	Classificação	IDHM	Classificação
2000	0.559	BAIXO	0.548	BAIXO
2010	0.671	MÉDIO	0.667	MÉDIO
2011	0.690	MÉDIO	0.686	MÉDIO
2012	0.695	MÉDIO	0.692	MÉDIO
2013	0.707	ALTO	0.702	ALTO
2014	0.715	ALTO	0.708	ALTO
2015	0.713	ALTO	0.706	ALTO
2016	0.713	ALTO	0.706	ALTO

Período	Região Norte		Região Nordeste	
	IDHM	Classificação	IDHM	Classificação
2017	0.719	ALTO	0.709	ALTO

Fonte: IPEA (2019)

Como podemos observar no Quadro 2, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, apresentou um comportamento semelhante ao longo do período analisado, com uma melhora significativa, saindo de uma classificação de BAIXO para ALTO na escala de Desenvolvimento Humano.

Segundo dados do IPEA o IDHM das Regiões Norte e Nordeste do país vem apresentando melhora ao longo dos anos analisados, mas ainda está longe do ideal. Uma vez que ainda temos muitas necessidades básicas a serem implementadas para a população destas duas regiões principalmente se analisarmos com base nas dimensões da Longevidade, Educação e Renda.

Pobreza e Pobreza Extrema

Segundo Barros et. al (2000), a Pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere às situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a esta medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.

Para o IBGE (2019), é considerada em situação de Pobreza Extrema quem dispõe de menos de US\$ 1,90 por dia, o que equivale a aproximadamente R\$ 140 por mês. Já a linha de pobreza é de rendimento inferior a US\$ 5,5 por dia, o que corresponde a cerca de R\$ 406 por mês. Essas linhas foram definidas pelo Banco Mundial para acompanhar a pobreza global.

Ainda para o Instituto (2019), a população em situação de Pobreza Extrema aumentou em 13%, saltando de 13,5 milhões para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha da Pobreza Extrema em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, esse percentual era de 6,6%.

Quadro 3. Pobreza Extrema e Pobreza das Regiões Norte e Nordeste do Brasil (por UF)

UF	População Estimada	Pobreza Extrema		Pobreza	
		%	Quantidade	%	Quantidade
Região Norte					
Acre	881.935	11,8	104.068	47,8	421.565
Amapá	845.731	11,8	99.796	45,9	388.191
Amazonas	4.144.597	11,8	489.062	47,8	1.981.117
Pará	8.602.865	11,8	1.015.138	46,0	3.957.318
Rondônia	1.777.225	11,8	209.713	26,5	470.965
Roraima	605.761	11,8	71.480	36,1	218.680
Tocantins	1.572.866	11,8	185.598	32,7	592.970
Total	18.430.980		2.174.856		8.030.806
Região Nordeste					
Alagoas	3.337.357	14,7	490.591	48,9	1.631.968
Bahia	14.873.064	14,7	2.186.340	44,8	6.663.133
Ceará	9.132.078	14,7	1.342.415	45,3	4.136.831
Maranhão	7.075.181	14,7	1.040.052	54,1	3.827.673
Pernambuco	9.557.071	14,7	1.404.889	41,4	3.956.627
Piauí	3.273.227	14,7	481.164	45,3	1.482.772
Paraíba	4.018.127	14,7	590.665	39,0	1.567.070
Rio Grande do Norte	3.506.853	14,7	515.507	39,0	1.367.673
Sergipe	2.298.696	14,7	337.908	41,4	951.660
Total	57.071.654		8.389.533		25.585.406

Fonte: Dados do IBGE, SIS (2019) e IBGE (2019)

No Quadro 3, podemos observar a quantidade de população das Regiões Norte e Nordeste do Brasil em situação de Pobreza Extrema e Pobreza. A Pobreza Extrema regional representa 11,8% na Região Norte e é de 14,7% na Região Nordeste do Brasil.

Em relação aos percentuais de Pobreza, estes variam de estado para estado. Na Região Norte, os maiores percentuais são dos Estados do Acre e do Amazonas com 47,8%, já o menor é do Estado de Rondônia, com 26,5%. Para a Região Nordeste, o maior percentual é do Estado do Maranhão com 54,1% já os menores são dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, com 39%.

Desigualdade, Concentração de Renda e Situação de Pobreza no Brasil

Segundo Barros et. al (2000), o Brasil, nas últimas décadas, tem sido alvo de uma tendência de agravamento de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança

de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania.

Temas como desigualdade e concentração de renda necessitam de pesquisas e debates a respeito, visto que de acordo com Campello et al. (2018, p.3) “Uma parcela expressiva da população vem vivendo à margem de condições mínimas de vida. Elevá-las a um patamar de dignidade não pode ser considerado um valor secundário no debate sobre desigualdade”. Para Barros et al. (2001, p.6) o Brasil é um país desigual que possui o desafio histórico de encarar uma herança de justiça social, a qual parte significativa da sua população está excluída do acesso as condições mínimas de dignidade e cidadania.

Dos diversos resultados como: bem-estar, desenvolvimento humano ou até mesmo felicidade, por que destinar foco maior à desigualdade de renda? A atenção dada à desigualdade de renda em todas as sociedades modernas é consequência desse resultado demonstrar mais precisão e ser facilmente mensurado, assim como, um dos principais determinantes dos demais resultados Barros et al. (2006, p.28).

É de importância relevante analisar a desigualdade pelo ponto de vista da renda, através do estoque de capital e patrimônio, todavia, o olhar sobre a desigualdade não pode desconsiderar a análise da assimetria de acesso à bens e serviços. Na medida em que o patamar de exclusão a qual os indivíduos estão submetidos não é só de acumulação de riqueza, e sim de oportunidades de acesso a direitos, bens e serviços Campello et al. (2018, p.3).

Conforme Silva e Barros (2002, p.375) a origem das desigualdades sociais está na ocupação de posições diferentes no que se refere à estrutura social do processo de produção e, por conseguinte, ao acesso à bens e serviços. De forma complementar, argumenta Silva (2010, p.4) “podemos denominar desigualdade social como sendo uma condição de acesso desproporcional aos recursos, materiais ou simbólicos, fruto das divisões sociais”.

Para Barros et al. (2001, p.6) a desigualdade é tão pertencente a história brasileira que adquire fórum de coisa natural, além disso, a pobreza tem extrema relação com a desigualdade, visto que a desigualdade distributiva retrata o principal determinante da pobreza. E que conforme Cunha e Jacob (2000, p.8) “é possível perceber que a desigualdade social e como consequência desta, a pobreza, refletem as ações direcionadas e determinadas pelas formas de pensar e planejar nossa sociedade”

No que tange a relação entre desigualdade e concentração de renda é afirmada por Campello et al. (2018, p.3):

A mensuração de desigualdade mais conhecida é a da concentração de renda apurada pelo Coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda. Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

Com base na visão de Barros et al. (2006, p.32) todo indicador de desigualdade é uma forma de incorporar diferenças de renda entre toda a população em uma medida escalar. Dessa forma, é possível entender a existência de uma ampla variedade de maneiras para medir a desigualdade. Ainda que não exista um índice de desigualdade melhor que os outros, o mais utilizado é o que será adotado nesta pesquisa é o Coeficiente de Gini.

Coeficiente de Gini: Indicador de Desigualdade

Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o Índice de Gini é uma ferramenta para efetuar a medição do grau de concentração de renda em determinado grupo. Indica a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (é possível que alguns autores e/ou instituições apresentem de zero a cem), onde zero corresponde a situação ideal de igualdade onde todos possuem a mesma renda, o valor um (ou cem) representa o oposto, o máximo de desigualdade, onde uma pessoa possui toda a renda (IPEA, 2004, p.80).

A seguir, teremos o Índice de Gini dos Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil por Unidade da Federação.

Quadro 4. Índice de Gini a das Regiões Norte e Nordeste do Brasil por UF

Região Norte	1991	2000	2010
Acre	0,6259	0,6477	0,6394
Amapá	0,5850	0,6318	0,6157
Amazonas	0,6282	0,6823	0,6664
Pará	0,6206	0,6512	0,6260
Rondônia	0,6155	0,6110	0,5686
Roraima	0,6216	0,6202	0,6398
Tocantins	0,6331	0,6550	0,6099
Região Nordeste	1991	2000	2010
Alagoas	0,6383	0,6868	0,6343
Bahia	0,6740	0,6654	0,6278
Ceará	0,6678	0,6742	0,6193
Maranhão	0,6078	0,6570	0,6291
Pernambuco	0,6606	0,6706	0,6366
Piauí	0,6514	0,6587	0,6193
Paraíba	0,6453	0,6440	0,6139
Rio Grande do Norte	0,6375	0,6555	0,6074
Sergipe	0,6352	0,6561	0,6288

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000, 2010 e 2019

Como podemos observar no Quadro 4, o Índice de Gini dos estados que compõem as Regiões Norte e Nordeste do Brasil varia entre 0,5 e 0,6 em todos os estados e ao longo dos anos analisados (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Ademais, como veremos a seguir, existe uma expressiva lacuna entre o menor e o maior rendimento (40% mais pobres e 10% mais ricos) per capita o que acentua a desigualdade.

Segundo o IBGE (2019), os dados evidenciam a permanência da desigualdade na distribuição de renda no Brasil. Na média nacional, os mais ricos chegam a receber 17,6 vezes mais que os mais pobres.

No Quadro 5, a seguir, podemos observar o Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita da população residente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, por Unidade da Federação. Nele, vemos a disparidade da renda mensal domiciliar per capita referente ao ano de 2019, em relação ao valor do rendimento à nível nacional que é de R\$ 1.439,00, nenhum dos estados que compõem as Regiões Norte e Nordeste apresenta valor superior à média nacional e fica mais crítico se analisarmos a Região Nordeste.

Seguindo o mesmo raciocínio, observamos o rendimento médio para os 40% mais pobres, sendo a média nacional de 376,00 e para os 10% mais ricos, ambos ficam bem abaixo da média nacional que é de R\$ 6.629,00.

Quadro 5. Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita dos Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil

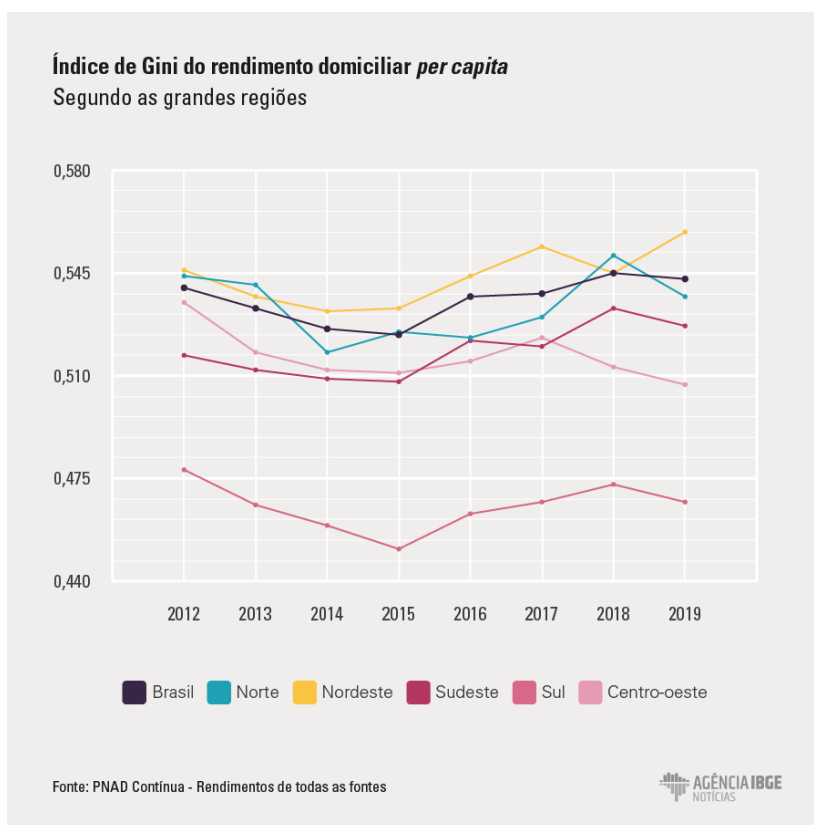
	Renda Mensal Domiciliar Per Capita – 2019	40% mais pobres	10% mais ricos	Diferença
Brasil	1.439,00	376,00	6.629,00	6.253,00
Região Norte	1.601,00	245,00	4.514,00	4.269,00
Acre	890,00	200,00	4.422,00	4.222,00
Amapá	880,00	291,00	5.292,00	5.001,00
Amazonas	842,00	214,00	6.446,00	6.252,00
Pará	807,00	225,00	3.681,00	3.456,00
Rondônia	1.136,00	368,00	3.724,00	3.356,00
Roraima	1.044,00	291,00	5.177,00	4.886,00
Tocantins	1.056,00	323,00	4.386,00	4.063,00
Região Nordeste	1.510,00	221,00	4.544,00	4.323,00
Alagoas	731,00	210,00	3.522,00	3.312,00
Bahia	913,00	212,00	5.601,00	5.389,00
Ceará	942,00	230,00	4.435,00	4.205,00
Maranhão	636,00	167,00	2.890,00	2.723,00
Pernambuco	970,00	248,00	4.522,00	4.274,00
Piauí	827,00	209,00	3.606,00	3.397,00
Paraíba	929,00	261,00	5.031,00	4.770,00
Rio Grande do Norte	1.057,00	255,00	4.199,00	3.944,00
Sergipe	980,00	230,00	4.185,00	3.955,00

Fonte: IBGE (2018)

A concentração de renda per capita, medida pelo Índice de Gini, mostrou estabilidade (0,543) no Brasil, em 2019, na comparação com o ano anterior (0,545). Houve redução em todas as regiões, com exceção do Nordeste, onde a desigualdade aumentou de 0,545 para 0,559. Conforme podemos observar na Figura 3.

Segundo o IBGE (2020), embora a concentração de renda tenha caído em quase todas as grandes regiões brasileiras, sendo o menor índice no Sul (0,467) e a maior redução no Norte (de 0,551 para 0,537), a alta na desigualdade do Nordeste, que passou de 0,545 para 0,559, contribuiu com a estabilidade do Índice de Gini em 2019.¹ Na Figura 3, Podemos observar o Índice de Gini Regional, com os melhores valores referentes às Regiões Sul e Sudeste e os mais críticos nas Regiões Norte e Nordeste do país.

Figura 3. Índice de Gini do Rendimento Domiciliar Per Capita (por regiões)



Fonte: Pnad Contínua (2020)

De acordo com o IBGE (2020)², desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego.

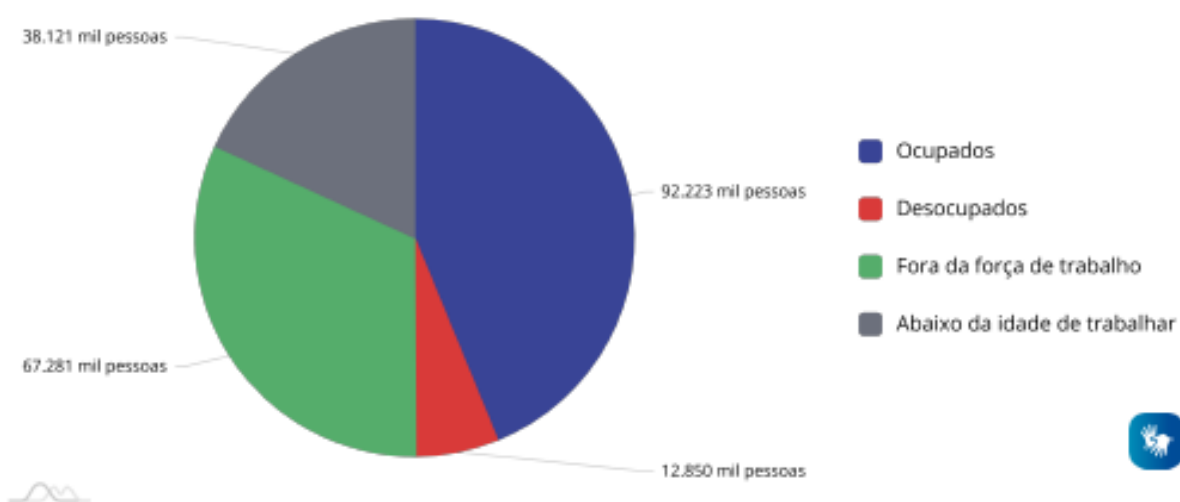
1 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019>. Acesso em 02 de julho de 2020.

2 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

Dessa forma, um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos, a dona de casa que não trabalha fora e uma empreendedora que possui seu próprio negócio não são considerados desempregados, segundo o IBGE o estudante e a dona de casa são pessoas que estão fora da força de trabalho, já a empreendedora é considerada ocupada.

Ainda Segundo o IBGE (2020), a PNAD Contínua é a pesquisa que mostra quantos desempregados há no Brasil. Nela, o que é conhecido popularmente como “desemprego” aparece no conceito de “desocupação”. Confira no gráfico a seguir os dados de ocupação, desocupação e outras divisões do mercado de trabalho no Brasil, de acordo com os últimos resultados da PNAD Contínua:

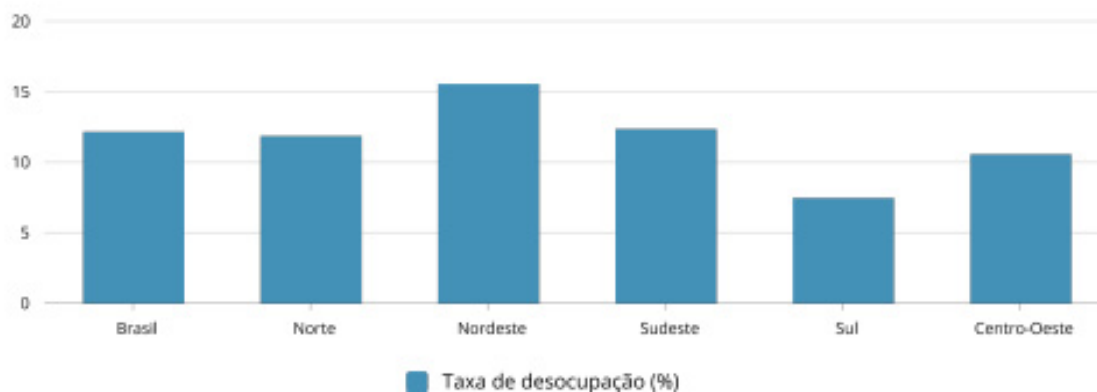
Figura 4. População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 1º trimestre 2020



Fonte: Pnad Contínua (2020)

Na Figura 4, podemos observar que temos: 38.121 mil pessoas abaixo da idade de trabalhar, 92.223 mil pessoas ocupadas, 12.850 mil pessoas desocupadas e 67.281 mil pessoas fora da força de trabalho.

Figura 5. Taxa de Desocupação Regional (em %)



Fonte: Pnad Contínua (2020)

Se formos analisar o mercado de trabalho por regiões, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste do Brasil, nosso objeto de estudo, temos: a taxa de desocupação da Região Nordeste do Brasil, é de 15,6%, a mais alta do país, para a região Norte, temos um total de 11,9%, Sudeste, 12,4%, Centro Oeste 10,6% e na Região Sul, com 7,5%, ou seja, a Região Sul é a região com a menor taxa de desocupação e a nordeste é a região com o maior índice do país, como podemos observar na Figura 5.

Programa de Transferência de Renda

De acordo com o Governo Federal, o Programa Bolsa Família - PBF constitui um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.

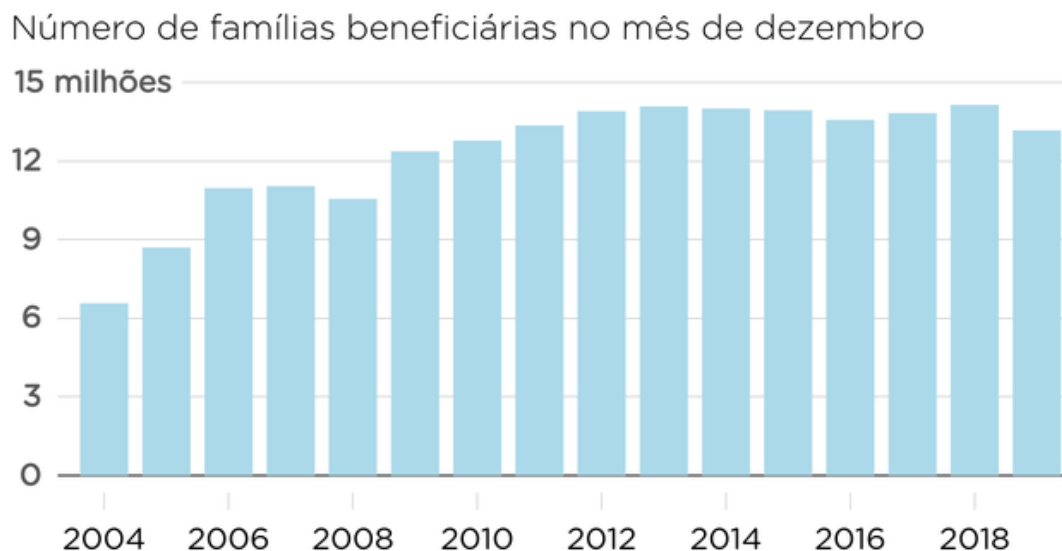
Constitui um dos mais conhecidos programas de transferência de renda e que também tem a função de combater a pobreza e a fome no país. Segundo Ortiz e Camargo (2016, p. 6) “o Bolsa Família foi sancionado pela Lei nº. 10.836/2004, com três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, tendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, no comando deste programa de política pública”.

A partir de dados disponíveis no site da Caixa Econômica Federal (2019)³, o Bolsa Família constitui num programa de transferência, direcionado às famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Ainda segundo a instituição, o programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 14,28 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família, dados de maio de 2020.

Na Figura a seguir, podemos observar o comportamento anual do número de famílias beneficiadas com o PBF até o ano de 2018.

³ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>, acesso em: 20 de junho de 2020.

Figura 6. Número de Famílias Beneficiadas com o PBF



Fonte: Visualizador de dados sociais do Visualizador do MDS

NEXO

Fonte: MDS, 2019

Segundo dados do Ministério da Cidadania (2020)⁴, na Região Nordeste do Brasil, encontramos o maior número de beneficiados pelo Programa Bolsa Família, em maio de 2020, foram repassados mais de 6,8 milhões. O repasse superou a marca de um milhão de famílias contempladas em três estados da região: Bahia (1,7 milhão), Pernambuco (1,1 milhão) e Ceará (1 milhão). Já no Sudeste, os desembolsos chegaram a 1,4 milhão de famílias integrantes do Bolsa Família em São Paulo, e a mais de 1 milhão em Minas Gerais. Somando os quatro estados da região, mais de 3,5 milhões de famílias receberam o recurso especial para o enfrentamento à pandemia. O Auxílio Emergencial ainda contemplou 1,7 milhão de famílias da Região Norte, 804 mil do Sul e 630 mil do Centro-Oeste.

Historicamente, as Regiões Nordeste e Norte concentram o maior número de beneficiários de Programa de Transferência de Renda do país, e o maior número de famílias que dependem o PBF como única fonte de renda e a de garantia para o alimento de suas famílias.

Risco Alimentar e Taxa de Prosperidade Social Regional

Passaremos agora a analisar a vulnerabilidade populacional das Regiões Norte e Nordeste do Brasil com base no Mapa da Fome, avaliando o Risco Alimentar⁵ e a Taxa de Prosperidade Social.

4 Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/bolsa-familia-14-28-milhoes-de-familias-receberam-o-beneficio-em-maio>. Acesso em 05 de julho de 2020.

5 Risco alimentar está relacionado ao conceito *Food Safety* (segurança dos alimentos), voltado para o controle de todas as etapas da cadeia produtiva, desde o campo até a mesa do consumidor, para evitar riscos para a saúde humana. Inclui práticas relativas à higiene

Segundo a ONU, o Mapa da Fome é um estudo elaborado desde 1990 pela FAO, principal órgão internacional de incentivo às políticas de combate à fome e à promoção do alimento⁶. O estudo é apresentado no documento “O Estado da Segurança alimentar e Nutricional no Mundo” (SOFI, por sua sigla em inglês), reúne e analisa dados sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, fazendo diagnósticos por regiões e países.

O último SOFI disponibilizado de 2019 com base nos dados de 2018 e apresenta os seguintes resultados: a fome está aumentando na América Latina e no Caribe: em 2018 afetou 42,5 milhões de pessoas, 6,5% da população regional.

Segundo Berdegué (2019), durante os primeiros 15 anos deste século, a América Latina e o Caribe cortaram a subnutrição pela metade. Mas, desde 2014, a fome vem aumentando.

Ainda segundo o SOFI, o aumento da fome está intimamente associado à desaceleração econômica geral da região. As quedas nos preços das commodities desde 2011 levaram a uma deterioração das finanças públicas para muitos países dependentes das exportações de commodities na América Latina e no Caribe.

Esta última versão do SOFI inclui uma nova maneira de medir o avanço em direção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2.1: a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES). De acordo com o FIES, 9% da população latino-americana (apenas América do Sul e Central, já que não há dados disponíveis para o Caribe) encontravam-se em grave insegurança alimentar⁷ em 2018, enquanto 21,9% sofriam com insegurança alimentar moderada. A taxa de insegurança alimentar grave atingiu 10,6% para a América Central e 8,3% para a América do Sul. A insegurança alimentar moderada afetou 20,9% dos centro-americanos em 2018 e 22,3% dos sul-americanos.

Ainda de acordo com o SOFI, 4 milhões de crianças menores de 5 anos sofrem de sobrepeso (7,5% do total), 700 000 sofrem de desnutrição aguda (1,3%) e 4,8 milhões sofrem de atraso no crescimento ou de desnutrição crônica (9%).

Sobre a Taxa de Prosperidade Social, segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social – AVS do IPEA (2015), o desenvolvimento humano, conceito expresso no IDHM, corresponde ao

ne dos alimentos, rotulagem, aditivos alimentares e resíduos químicos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3284316/risco-e-seguranca-alimentar-e-tema-de-discussao-na-embrapa>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

6 Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em 28 de março de 2020.

7 Insegurança alimentar é quando o acesso e a disponibilidade de alimentos são escassos. Se uma família não tem acesso regular e permanente à alimentação, em quantidade e qualidade adequadas, ela está em situação de insegurança alimentar. A situação econômica familiar está intimamente ligada à insegurança alimentar, existindo principalmente em países pobres e em desenvolvimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, a insegurança alimentar atinge 52 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2015/12/26/o-que-e-inseguranca-alimentar/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

processo de ampliação de liberdades das pessoas no que tange às suas capacidades e às oportunidades com as quais elas se deparam na sociedade e que lhes permitem, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam.

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana.

A Prosperidade Social, nesse sentido, reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida no meio social.

As Regiões Norte e Nordeste são responsáveis por 23,4% e 72,4% do total de municípios na faixa de MUITO BAIXA prosperidade social, enquanto essa proporção é de 3,7% para o Sudeste, 0,4% para o Centro-Oeste e 0,1% para o Sul.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são de uma pesquisa de base qualitativa, com o objetivo de entender a relação teórica acerca da vulnerabilidade social, a Fome, a Pobreza e a Pobreza Extrema nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, com base nos indicadores socioeconômicos do IVS, IDHM, Pobreza e Pobreza Extrema, Índice de Gini, Renda Mensal Domiciliar Per Capita, Taxa de Desocupação, Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social Regional.

Em relação aos fins, esta pesquisa foi definida como exploratória, visto que buscou obter maiores informações sobre o assunto do tema por meio de material já publicado e de domínio público.

Quanto ao material utilizado para a construção da pesquisa, fez-se uso de material de caráter bibliográfico para a construção da base teórica sobre vulnerabilidade, pobreza, concentração de renda e demais conceitos e definições que fizeram parte da base conceitual deste trabalho. Quanto aos documentos, trabalhou-se com material já publicado e fez-se uso de pesquisa com dados secundários disponibilizados pelo IBGE, IPEA e ONU.

Para a análise dos dados, fizemos uma análise direta com base nos indicadores socioeconômicos e que foram apresentados através de quadros e tabelas.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Tendo como objetivo analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a Fome e a Pobreza da população residente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil com base nos indicadores do IVS, IDHM, Renda Per Capita e Índice de Gini, Taxa de Desocupação bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social Regional vimos que:

Em relação à análise realizada tendo como base o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS entre os anos de 2000 a 2017, observou-se uma melhora expressiva em relação a este indicador ao longo do recorte e tempo estudado. No ano 2000, ambas as regiões apresentavam um elevado índice de vulnerabilidade social na classificação de MUITO ALTO, já no último ano da série temos BAIXA vulnerabilidade social para a Região Norte e MÉDIA vulnerabilidade para a Região Nordeste do país.

Ao analisarmos a vulnerabilidade com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM das regiões Norte e Nordeste, no período analisado, ambas as regiões apresentaram uma melhora na classificação, saindo de BAIXA para ALTA na escala de Desenvolvimento Humano.

Em relação à Pobreza e Pobreza Extrema nas Regiões Norte e Nordeste do país, vimos que ambas concentram os maiores indicadores de Pobreza e de Pobreza Extrema do Brasil. Em relação à Pobreza Extrema, a Região Norte apresenta um percentual de 11,8% e a Região Nordeste, com 14,7%.

Em relação à Pobreza, os percentuais variam de estado para estado. Na Região Norte, os maiores percentuais são dos Estados do Acre e do Amazonas com 47,8%, já o menor é do Estado de Rondônia, com 26,5%. Para a Região Nordeste, o maior percentual é do Estado do Maranhão com 54,1% já os menores são dos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, com 39%.

Ao analisarmos o Índice de Gini e a Concentração de Renda, percebemos que as duas regiões são as maiores concentradoras de renda do país, com indicadores que variam entre 0,5 e 0,6 em todos os estados ao longo dos anos analisados pela série (1991, 2000 e 2010), isso demonstra um elevado grau de concentração de renda pois quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Com relação ao Rendimento Médio Mensal Domiciliar Per Capita da população residente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, por estado, observamos a disparidade da renda mensal domiciliar per capita referente ao ano de 2019 (por exemplo), em relação ao valor do rendimento à nível nacional que é de R\$ 1.439,00, nenhum dos estados que compõem as Regiões Norte e Nordeste tem o valor superior à média nacional. E a situação fica ainda mais crítica para a Região Nordeste.

Seguindo a sequência da análise, neste mesmo quadro, observamos o valor médio mensal dos 40 % mais pobres e dos 10% mais ricos, o que evidencia a concentração de renda e uma renda média mensal inferior à renda média mensal nacional.

Na Figura 3, podemos observar o Índice de Gini Regional, com os melhores valores referentes às Regiões Sul e Sudeste e os mais críticos nas Regiões Norte e Nordeste do país. As diferenças regionais também são evidentes se analisarmos a Taxa de Desocupação onde evidencia o maior número de desempregados nas Regiões Nordeste e Norte do país, com 15,6% e 11,9% respectivamente, conforme podemos observar nas Figuras 4 e 5.

Também vimos que as Regiões Norte e Nordeste concentram o maior número de famílias dependentes de Programas de Transferência de Renda, em especial do Programa Bolsa Família - PBF.

Com relação ao Risco Alimentar, analisamos o Mapa da Fome através do SOFI, O estudo é apresentado no documento “O Estado da Segurança alimentar e Nutricional no Mundo” que evidencia que a fome está aumentando a cada ano na América Latina e que o Brasil que anos atrás saiu do Mapa da Fome, retornou com o ingresso de milhões de brasileiros em vista das dificuldades econômicas e do aumento do desemprego.

Ainda segundo o SOFI, é nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil que o Risco Alimentar é mais preocupante e evidencia uma necessidade maior de políticas públicas pois a população não só se alimenta pouco, mas que passa fome.

Em relação à Taxa de Prosperidade Social Regional, as duas regiões mais carentes do Brasil, Norte e Nordeste, apresentam as menores Taxas de Prosperidade Social do país, 23,4% para a Região Norte e de 72,4 % para a Região Nordeste.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao longo desta pesquisa intitulada Vulnerabilidade Social, Fome e Pobreza nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, buscamos atender ao objetivo de analisar a vulnerabilidade socioeconômica, a Fome e a Pobreza da população residente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil com base nos indicadores do IVS, IDHM, Renda Mensal Domiciliar Per Capita e Índice de Gini, Taxa de Desocupação bem como analisar o Risco Alimentar e a Taxa de Prosperidade Social Regional.

Como mencionado, nossa motivação foi a leitura da obra de Josué de Castro “Geografia da Fome” de 1946, considerada o marco na discussão acerca da fome do Brasil e no mundo e que o objeto da análise do autor ainda se coloca como uma dos grandes desafios do Brasil, que é o combate à Fome, a Pobreza, Pobreza Extrema bem como o Risco Alimentar da população que reside nas regiões mais vulneráveis do país.

Com base nos indicadores, vimos que ao longo do tempo estes evidenciaram uma melhora nas condições de socioeconômicas das duas regiões estudadas, mas que ainda estão bem distantes dos indicadores considerados ideais e ainda apresentam uma enorme lacuna no que diz respeito ao desenvolvimento regional se comparado às demais regiões do Brasil, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por exemplo.

Dessa forma, podemos refletir que nosso país com dimensões continentais apresenta vários “brasis” e realidades distintas em cada uma das cinco macrorregiões econômicas que o compõe.

Assim deveríamos ter uma agenda de planejamento que levasse em consideração as especificidades regionais e suas necessidades mais urgentes e que os indicadores disponibilizados pudessem ser analisados no momento da tomada de decisão.

É o que chamamos de políticas de desenvolvimento regional, que se bem direcionadas poderiam alavancar socioeconomicamente as regiões mais vulneráveis possibilitando o seu desenvolvimento endógeno e melhorando as condições de vida para a população que nela habita tendo como base as potencialidades regionais, ou seja, precisamos de um modelo sustentável a longo prazo, um modelo de país e não um modelo de governo para que possamos evoluir a cada ano e não recomeçar a cada quatro anos.

■ REFERÊNCIAS

1. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2014/pt/ranking>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.
2. BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 de abril de 2020.
3. BERDEGUÉ, Júlio. A fome afeta 42,5 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe. 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1201842/>. Acesso em: 04 de maio de 2020.
4. CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. N. ESPECIAL, ed. 3, p. 54-66, 2018. DOI 10.1590/0103-11042018S305. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.
5. CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1948.
6. CHAMBERS, R. Vulnerability, coping and policy. IDS Bulletin, v.20, n.2, 1989.
7. CUNHA, José Marcos Pinto da. JAKOB, Alberto A. E. Hogan, Daniel J. Carmo, Roberto L. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. 2000. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

8. IBGE. **Aspectos Demográficos da Região Norte**. 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/tabela1.shtm>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
9. IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
10. IBGE. **PNAD**. 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
11. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
12. IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.
13. IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2020.
14. MONTEIRO, S.R. da R.P. **O Marco Conceitual da Vulnerabilidade Social**. Sociedade em Debate, Pelotas-RS. v.17, n.2, p. 29-40, jul-dez, 2011.
15. ONU. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/indice-de-desenvolvimento-humano>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
16. ONU. **Mapa da Fome**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.
17. ORTIZ, Lúcio Rangel Alves. CAMARGO, Regina Aparecida Leite. Breve Histórico e Dados para Análise do Programa Bolsa e Família. Franca, 2016. II SIPPEDES. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsa-familia.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2020.
18. RECIO, Maria Encarnación Recio. **Desigualdades na Pobreza: Trajetórias e Transições em uma Favela Paulistana**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br>. Acesso em: 20 de março de 2020.
19. SILVA, Jarbas Barbosa da; BARROS, Marilisa Berti Azevedo. Epidemiologia e desigualdade: notas sobre a teoria e a história. **Rev Panam Salud Publica**, Minas Gerais, 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2002.v12n6/375-383/pt>. Acesso em: 6 de janeiro de 2020.
20. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008. Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/27.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2019.